



Brisa Potiguar
Complexo Eólico

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 12.802.844/0001-35

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Fazenda Vera Cruz, Zona Rural,

Parazinho - RN

CEP 59586-000

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2024

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
Balanços Patrimoniais.....	5
Demonstrações de Resultados	6
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
1. Contexto Operacional	9
2. Base de Preparação.....	9
3. Políticas Contábeis Materiais.....	10
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	15
5. Clientes	15
6. Títulos e Valores Mobiliários.....	15
7. Imobilizado	16
8. Partes Relacionadas	16
9. Fornecedores	17
10. Debêntures.....	17
11. Outras contas a pagar	19
12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes.....	19
13. Patrimônio Líquido.....	19
14. Receita Operacional Líquida	20
15. Custos e Despesas Operacionais.....	21
16. Resultado Financeiro.....	21
17. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	22
18. Instrumentos Financeiros	23
19. Seguros.....	28
20. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	28
21. Eventos Subsequentes.....	28
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES	29
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	30

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (Nova Asa Branca II ou Companhia), em atendimento aos compromissos societários e às boas práticas de governança corporativa, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2024, acompanhadas do relatório do auditor independente. A Diretoria da Companhia está à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que eventualmente se tornem necessários.

Curitiba, 10 de abril de 2025

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

A COMPANHIA

A Nova Asa Branca II é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT), e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Atua na implantação, operação e exploração comercial como Produtor Independente de energia por fonte eólica.

Está localizada no Município de Parazinho, no Estado do Rio Grande do Norte e sagrou-se vencedora no 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 26.08.2010. Possui 12,8 MW médios comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com vencimento em 31.12.2032.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) ⁽¹⁾	Preço MWh ⁽¹⁾	Início de operação comercial	Vencimento de outorga
Nova Asa Branca II	27,0	11,9	58,4	309,00	15.09.2015	31.05.2046

⁽¹⁾ Valores referentes ao total bruto gerado em 2024.

⁽²⁾ Preço atualizado até dezembro/2024.

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2024	2023	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	103.445	95.667	8,1
Caixa e equivalentes de caixa	33.951	21.318	59,3
Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	4.708	4.313	9,2
Dívida total	38.328	42.313	(9,4)
Dívida líquida ajustada	(331)	16.682	(102,0)
Receita operacional bruta	18.164	23.563	(22,9)
Deduções da receita	(3.520)	(3.487)	0,9
Receita operacional líquida	14.644	20.076	(27,1)
Custos e despesas operacionais	(13.997)	(12.903)	8,5
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	647	7.173	(91,0)
Ebitda ou Lajida (*)	6.004	12.530	(52,1)
Resultado financeiro	(1.274)	632	(301,6)
IRPJ/CSLL	(2.077)	(2.857)	(27,3)
Lucro (Prejuízo) operacional	(627)	7.805	(108,0)
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	(2.704)	4.948	(154,6)
Patrimônio líquido	13.170	19.400	(32,1)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	0,8	0,8	-
Liquidez geral (índice)	0,5	0,4	25,0
Margem Ebitda/Lajida (Ebitda ou Lajida/receita operacional líquida) (%)	41,0	62,4	(34,3)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	291,0	218,1	33,4
Margem operacional (resultado operacional/receita operacional líquida) (%)	(4,3)	38,9	(111,1)
Margem líquida (lucro líquido (prejuízo)/receita operacional líquida) (%)	(18,5)	24,6	(175,2)
Participação de capital de terceiros (%)	87,3	79,7	9,5
Rentabilidade do patrimônio líquido (lucro líquido (prejuízo)/patrimônio líquido inicial) (%)	(13,9)	7,1	(295,8)

(*) " Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization " ou "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização".

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Balancos Patrimoniais**

em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	33.951	21.318
Clientes	5	2.922	4.332
Outros créditos		5	5
Imposto de renda e contribuição social		560	302
Outros tributos a recuperar		14	14
Despesas antecipadas		242	358
		37.694	26.329
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	4.927	4.513
Outros tributos a recuperar		11	9
		4.938	4.522
Imobilizado			
Intangível	7	60.774	64.793
		39	23
		65.751	69.338
TOTAL DO ATIVO		103.445	95.667
PASSIVO	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	8	68	113
Fornecedores	9	1.265	575
Imposto de renda e contribuição social		251	274
Outras obrigações fiscais		518	656
Debêntures	10	5.169	5.057
Dividendos a pagar	13.3	-	1.175
Obrigações pela não performance de geração de energia	18.2.4	38.108	25.719
Outras Contas a pagar	11	265	68
		45.644	33.637
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.260	577
Debêntures	10	33.159	37.256
Obrigações pela não performance de geração de energia	18.2.4	8.666	4.306
Outras Contas a pagar	11	1.546	491
		44.631	42.630
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Atribuível aos acionistas da empresa controladora			
Capital social	13.1	13.545	13.545
Reserva legal	13.2	-	2.329
Dividendo adicional proposto	13.3	-	3.526
Prejuízos acumulados		(375)	-
		13.170	19.400
TOTAL DO PASSIVO		103.445	95.667

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	14.644	20.076
Custos Operacionais	15	(13.541)	(12.315)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.103	7.761
Despesas Operacionais			
Despesas com vendas	15	(6)	(16)
Despesas gerais e administrativas	15	(339)	(470)
Outras despesas operacionais	15	(111)	(102)
		(456)	(588)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		647	7.173
Resultado Financeiro	16		
Receitas financeiras		3.226	5.460
Despesas financeiras		(4.500)	(4.828)
		(1.274)	632
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(627)	7.805
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17		
Imposto de renda e contribuição social		(1.394)	(2.981)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(683)	124
		(2.077)	(2.857)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(2.704)	4.948
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - Em R\$			
Ações ordinárias	13.4	(0,19963)	0,19643

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(2.704)	4.948
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(2.704)	4.948

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º.01.2023		38.545	2.082	23.120	6.322	-	70.069
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.948	4.948
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	(6.322)	-	(6.322)
Redução de Capital		(25.000)	-	-	-	-	(25.000)
Dividendos		-	-	(23.120)	-	-	(23.120)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	13.2	-	247	-	-	(247)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	-	(1.175)	(1.175)
Dividendo adicional proposto	13.3	-	-	-	3.526	(3.526)	-
Saldo em 31.12.2023		13.545	2.329	-	3.526	-	19.400
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(2.704)	(2.704)
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	(3.526)	-	(3.526)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Absorção do prejuízo		-	(2.329)	-	-	2.329	-
Saldo em 31.12.2024		13.545	-	-	-	(375)	13.170

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixapara os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(2.704)	4.948
Ajustes para a reconciliação do Lucro líquido (Prejuízo) do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias líquidas		4.552	4.876
Imposto de renda e contribuição social	17	1.394	2.981
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	683	(124)
Depreciação	7	5.357	5.357
Provisão pela não performance de geração de energia	18.2.4	18.545	11.966
Perdas de créditos esperadas	15	6	16
		27.833	30.020
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		1.404	(1.660)
Outros créditos		-	563
Imposto de renda e contribuição social		(258)	1.010
Outros tributos a recuperar		(2)	(5)
Despesas antecipadas		116	(181)
		1.260	(273)
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		(45)	1
Fornecedores		690	(194)
Outras obrigações fiscais		(138)	239
Obrigações pela não performance de geração de energia	18.2.4	(1.796)	-
Outras contas a pagar		135	(54)
		(1.154)	(8)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		27.939	29.739
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.417)	(2.902)
Encargos de debêntures pagos	10.2	(3.546)	(3.782)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		22.976	23.055
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(414)	(444)
Aquisições de imobilizado	7	(221)	-
Aquisições de intangível		(16)	(23)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(651)	(467)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal de debêntures	10.2	(4.991)	(4.882)
Redução de Capital Social		-	(25.000)
Dividendos pagos		(4.701)	(31.549)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(9.692)	(61.431)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		12.633	(38.843)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	21.318	60.161
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	33.951	21.318
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		12.633	(38.843)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (Nova Asa Branca II ou Companhia) com sede na Fazenda Vera Cruz, Zona Rural, Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A (Copel GeT), e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Tem como objeto social a exploração da central geradora eólica EOL Nova Asa Branca II, por meio da Portaria MME nº 333/2011.

2. Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (*IFRS® Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 10.04.2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes:

- NEs nºs 3.2 e 7 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.3 e 7 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nºs 3.4 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais; e
- NEs nºs 3.5 e 14 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados.

2.5 Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Para equacionar a capacidade financeira de curto prazo da Companhia, que apresenta capital circulante líquido negativo, a Administração vem monitorando a evolução da liquidez e adotando ações para equacionamento da capacidade financeira de curto prazo. A Companhia conta com o suporte financeiro da Controladora, portanto, sem prejuízos à sua capacidade financeira de curto prazo.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação ocorre de forma prospectiva.

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.1.5 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

3.2 Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens, limitados ao prazo de autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. Como referência utiliza-se as taxas definidas pela Aneel, visto que tais taxas foram objeto de estudos técnicos e estatísticos e que representam a melhor estimativa de vida útil de cada bem.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Provisões para desmantelamento ou descomissionamento de ativos, quando atenderem aos critérios de reconhecimento e mensuração, são contabilizadas em contrapartida ao custo do respectivo ativo, a valor presente. O ativo é depreciado juntamente com os itens de imobilizado, enquanto o passivo é reconstituído pela passagem do tempo. Caso haja revisão dos montantes provisionados, se estes não decorrerem apenas da passagem do tempo, são reconhecidos novamente em contrapartida ao custo do ativo e depreciados até o fim da vida útil.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.5 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos e estimativas de preço e o volume.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

não *performance* com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.6 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2024

A partir de 1º.01.2024 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores;
- (ii) CPC 26 / IAS 1 - requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com *Covenants*;
- (iii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “*sale and leaseback*”.
- (iv) CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado: alterações para adequação aos CPCs emitidos posteriormente a emissão da norma.

3.7 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade (a partir de 1º.01.2025);
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (a partir de 1º.01.2025);
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial (a partir de 1º.01.2025);
- (iv) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- (v) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (vi) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- (vii) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO) (a partir de 1º.01.2025);
- (viii) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18, para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e bancos conta movimento	1.508	1.545
Aplicações financeiras de liquidez imediata	32.443	19.773
	33.951	21.318

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras se referem a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a Operações Compromissadas que, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 96,0% e 101,0% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2024	31.12.2023
Contratos regulados	2.875	57	2.932	4.297
CCEE	14	-	14	53
(-) Perdas de créditos esperadas	(24)	-	(24)	(18)
	2.865	57	2.922	4.332
		Circulante	2.922	4.332
		Não circulante	-	-

6. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2024	31.12.2023
Cotas de fundos de investimentos	de 97,5% a 99,8% do CDI (a)	4.708	4.313
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	98,3% do CDI (a)	219	200
		4.927	4.513
	Circulante	-	-
	Não circulante	4.927	4.513

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os recursos referentes a Cotas de fundos de investimentos são vinculados aos contratos de debêntures (NE n° 10) e os recursos referentes ao CDB são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de transmissão.

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

7. Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

7.1 Imobilizado por classe de ativos

	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2024	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2023
Em serviço						
Máquinas e Equipamentos	106.486	(45.933)	60.553	105.369	(40.576)	64.793
	106.486	(45.933)	60.553	105.369	(40.576)	64.793
Em curso						
Custo	221	-	221	-	-	-
	221	-	221	-	-	-
Total	106.707	(45.933)	60.774	105.369	(40.576)	64.793

7.2 Mutações do imobilizado

	Saldo em 1º.01.2023	Depreciação	Saldo em 31.12.2023	Adições (a)	Depreciação	Saldo em 31.12.2024
Em serviço						
Máquinas e Equipamentos	70.150	(5.357)	64.793	1.117	(5.357)	60.553
	70.150	(5.357)	64.793	1.117	(5.357)	60.553
Em curso						
Custo	-	-	-	221	-	221
	-	-	-	221	-	221
Total	70.150	(5.357)	64.793	1.338	(5.357)	60.774

(a) As aquisições "Em Serviço" referem-se à provisão para descomissionamento (NE nº 11).

A taxa média de depreciação é de 5,08% a.a. (5,08% em 2023).

A Administração da Companhia monitora continuamente o ambiente de negócios e, nesse sentido, avaliou os ativos em operação e não identificou indicativos que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável dos ativos.

8. Partes Relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores:

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

Parte Relacionada / Natureza da operação	Passivo		Custo / Despesa	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Controladores				
Copel GeT				
Dividendos	-	1.175	-	-
Compartilhamento de estrutura (a)	50	84	-	-
Operação e Manutenção	-	23	(209)	(272)
Entidade sob controle em comum				
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.				
Energia elétrica para revenda	-	-	-	(798)
Copel Comercialização S.A.				
Energia elétrica para revenda	-	-	(683)	-
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.				
Compartilhamento de estrutura (a)	-	5	-	-
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)				
Compartilhamento de estrutura (a)	17	23	-	-
Pessoal chave da administração (b)				
Honorários	-	-	(13)	(29)
Encargos sociais	-	-	(4)	(7)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	(1)	(1)

- a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.
- b) A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores, bem como não possui obrigações adicionais além dos benefícios de curto prazo divulgados no quadro acima.

9. Fornecedores

	31.12.2024	31.12.2023
Materiais e serviços	996	422
Encargos de uso da rede elétrica	269	153
	1.265	575
	Circulante	1.265
	Não circulante	575
	-	-

10. Debêntures

Emissão	Garantias	31.12.2024	31.12.2023
2ª	Real e fidejussória e penhor de ações da Copel Geração e Transmissão S.A.	38.455	42.457
		38.455	42.457
	Dívida bruta	38.455	42.457
	(-) Custo de transação	(127)	(144)
	Dívida líquida	38.328	42.313
	Circulante	5.169	5.057
	Não circulante	33.159	37.256

O custo médio da dívida está divulgado na NE nº 18.3.

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.
10.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2024	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2026	5.054	(17)	5.037
2027	5.054	(17)	5.037
2028	5.054	(17)	5.037
2029	5.054	(17)	5.037
2030	5.054	(17)	5.037
Após 2030	8.000	(26)	7.974
			33.159

10.2 Mutação de debêntures

Saldo em 1º.01.2023	46.100
Encargos e variações monetárias	4.877
Amortização - principal	(4.882)
Pagamento - encargos	(3.782)
Saldo em 31.12.2023	42.313
Encargos e variações monetárias	4.552
Amortização - principal	(4.991)
Pagamento - encargos	(3.546)
Saldo em 31.12.2024	38.328

10.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

O contrato contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar o controlador direto ou indireto sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar na necessidade de solicitação de anuência aos debenturistas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas. O indicador financeiro é o Índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD que deve ser mantido igual ou maior que 1,3.

Em 31.12.2024, o indicador acordado, medido anualmente, não foi integralmente atendido. Contudo, a Companhia preventivamente solicitou e recebeu, em 30.12.2024, conforme carta do BNDES AEC/DEENE2 nº 51/2024, a dispensa da obrigação de cumprimento do referido índice para o exercício de 2024. Todas as demais condições acordadas foram integralmente atendidas.

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

11. Outras contas a pagar

	31.12.2024	31.12.2023
Provisão para descomissionamento de parques eólicos (b)	1.117	-
Negociação de danos emergentes com fornecedores (a)	491	550
Outras contas a pagar	203	9
	1.811	559
	Circulante	68
	Não circulante	491

(a) Recebimento de Danos Emergentes, referentes à maiores custos de captação, devido ao não cumprimento do índice de nacionalização dos equipamentos por parte do fornecedor. O valor recebido é apropriado ao resultado, mensalmente, à medida da apropriação dos encargos das debêntures;

(b) Provisão calculada com base no valor atual dos custos futuros de desmantelamento dos parques eólicos, contabilizada em contrapartida ao Imobilizado (NE nº 7). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento dos parques eólicos.

12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia responde por processos judiciais de natureza fiscal. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. Em 31.12.2024, não há ações cujas perdas são consideradas prováveis, portanto, a Companhia não constituiu provisões para litígios.

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2024 a Companhia possui R\$ 1.482 (R\$ 1.330 em 31.12.2023) referente a ações na área tributária decorrentes, principalmente, de processos referente à discussão sobre ISS – Imposto sobre serviços.

13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2024 é de R\$ 13.545 (R\$ 13.545, em 31.12.2023), composto por 13.545.241 (13.545.241 em 31.12.2023) ações ordinárias pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

13.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, e é constituída com base em Orçamento de Capital proposto pelos órgãos da Administração para deliberação da Assembleia Geral, quando aplicável.

13.3 Dividendos

	31.12.2024	31.12.2023
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.704)	4.948
Reserva legal (5%)	-	(247)
	(2.704)	4.701
Dividendos propostos		
Dividendo mínimo obrigatório	-	1.175
Dividendo adicional proposto (*)	-	3.526
	-	4.701
Dividendos por ação (Em R\$)	-	0,18663

(*) De acordo com o § 6º do art. 202 da lei 6.404/76, os lucros não destinados nos termos dos arts. 193 a 197 (Reserva Legal, Reservas Estatutária, para contingências, de retenção de lucros ou de lucros a realizar), deverão ser distribuídos como dividendos.

13.4 Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação

	31.12.2024	31.12.2023
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido (Prejuízo) básico e diluído alocado por classes de ações		
Ações ordinárias	(2.704)	4.948
Denominador básico e diluído (em milhares)		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	13.545.241	25.189.077
Lucro líquido (Prejuízo) do período básico e diluído por ação em R\$		
Ações ordinárias	(0,19963)	0,19643

14. Receita Operacional Líquida

	31.12.2024	31.12.2023
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	33.614	34.666
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	684	812
Outras receitas operacionais	615	51
Provisão para não performance de geração (NE nº 18.2.4)	(16.749)	(11.966)
Receita Operacional Bruta	18.164	23.563
(-) ICMS	(2.331)	(2.273)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(1.189)	(1.214)
Receita Operacional Líquida	14.644	20.076

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

15. Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2024	31.12.2023
Energia elétrica comprada para revenda	(684)	-	-	-	(684)	(805)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.905)	-	-	-	(1.905)	(1.811)
Pessoal e administradores	-	-	(273)	-	(273)	(389)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(41)	-	(41)	(46)
Material	(192)	-	-	-	(192)	(23)
Serviços de terceiros	(4.344)	-	(7)	-	(4.351)	(3.384)
Depreciação e amortização	(5.357)	-	-	-	(5.357)	(5.357)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	(6)	-	-	(6)	(16)
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	-	(111)	(111)	(102)
Arrendamentos e aluguéis	(477)	-	(1)	-	(478)	(461)
Outros custos e despesas operacionais	(582)	-	(17)	-	(599)	(509)
	(13.541)	(6)	(339)	(111)	(13.997)	(12.903)

15.1 Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2024
Arrendamento de terrenos	233	989	3.038	4.260

No saldo dos custos de arrendamentos e aluguéis estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

16. Resultado Financeiro

	31.12.2024	31.12.2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	3.143	5.310
Outras receitas financeiras	83	150
	3.226	5.460
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	4.553	4.877
(-) Recuperação de despesas financeiras (a)	(59)	(56)
Outras despesas financeiras	6	7
	4.500	4.828
Líquido	(1.274)	632

(a) Apropriação ao resultado do valor recebido a título de Danos Emergentes, mensalmente, à medida da apropriação dos encargos das debêntures, conforme NE nº 11.

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2024		31.12.2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado	31.283	31.283	32.394	32.394
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	684	684	812	812
Outras Receitas Operacionais	615	615	51	51
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.607	3.910	2.661	3.991
Receita Financeira	3.226	3.226	5.460	5.460
(-) Receita Financeira Provisionada	(2.008)	(2.008)	366	366
Outras Receitas	-	-	-	-
Base de cálculo Receita Financeira	1.218	1.218	5.826	5.826
(=) Base de cálculo	3.825	5.128	8.487	9.817
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
Imposto de renda e contribuição social	932	462	2.097	884
Receita Financeira Provisionada	2.008	2.008	(366)	(366)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	502	181	(91)	(33)

17.1 Reforma tributária do consumo

A Emenda Constitucional nº 132, de 2023, instituiu a Reforma Tributária do Consumo no Brasil. A Lei Complementar nº 214, sancionada em 16.01.2025, regulamenta parcialmente a reforma, que ainda depende da conclusão da regulamentação no Senado. No setor elétrico, o diferimento da tributação minimizará os impactos, mas os efeitos completos só serão conhecidos após a regulamentação completa do novo sistema tributário. Não há impacto nas demonstrações financeiras de 2024.

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

18. Instrumentos Financeiros

18.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2024		31.12.2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	33.951	33.951	21.318	21.318
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	4.927	4.927	4.513	4.513
			38.878	38.878	25.831	25.831
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		2.922	2.922	4.332	4.332
			2.922	2.922	4.332	4.332
Total dos ativos financeiros			41.800	41.800	30.163	30.163
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	9		1.265	1.265	575	575
Debêntures (c)	10		38.455	38.455	42.457	42.457
			39.720	39.720	43.032	43.032
Total dos passivos financeiros			39.720	39.720	43.032	43.032

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2024, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

18.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

18.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa (a)	33.951	21.318
Títulos e valores mobiliários (a)	4.927	4.513
Clientes (b)	2.922	4.332
	41.800	30.163

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme *rating* local das principais agências classificadoras.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantêm Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos.

18.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração desse risco com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias, enquanto as de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício. A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo um nível de caixa mínimo. A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil – Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2029, repetem-se os indicadores de 2028 até o horizonte da projeção.

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo total
31.12.2024							
Debêntures	NE nº 10	708	1.436	6.492	31.075	16.538	56.249
Fornecedores	-	1.107	103	55	-	-	1.265
		1.815	1.539	6.547	31.075	16.538	57.514

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado na NE nº 10.3, a Companhia tem Debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

18.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável a Companhia considera os saldos atualizados com a variação dos indicadores (CDI/Selic – 15,00% e IPCA – 5,50%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2025 do Relatório Focus do Bacen, e TJLP de 8,79% calculado por projeção interna da Companhia). Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários “1” e “2”, que consideram

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2025		
		31.12.2024	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	4.927	727	545	364
		4.927	727	545	364
Passivos financeiros					
Debêntures	Alta TJLP	(22.204)	(1.952)	(2.440)	(2.929)
Debêntures	Alta IPCA	(16.251)	(894)	(1.117)	(1.341)
		(38.455)	(2.846)	(3.557)	(4.270)

18.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica, comercializados por meio de leilões regulados, possuem cláusulas de performance de geração, as quais estabelecem um montante mínimo de entrega de energia, com periodicidade anual e/ou quadrienal. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento, o que pode implicar em produção de energia inferior ao montante mínimo de energia contratada. Tal descumprimento contratual pode comprometer receitas e fluxos de caixa da Companhia.

O aumento do passivo se deve ao fato de que os montantes a pagar estavam suspensos até 31.12.2024 em virtude das discussões no setor a respeito das restrições de geração dos parques eólicos (*constrained-off*). Além disso, após perturbação ocorrida no Sistema Interligado Nacional - SIN em 15.08.2023, o ONS, de forma preventiva, elevou a frequência das restrições, o que aumentou a restrição de geração de empreendimentos eólicos situados na região Nordeste. Estes eventos, de redução ou corte da geração de energia, principalmente em usinas eólicas e solares, se dão quando a produção supera a capacidade de consumo ou de transmissão do sistema elétrico. A questão é conhecida no setor elétrico como *curtailment*.

Em dezembro de 2023, o Tribunal Regional Federal da 1ª região (TRF1) acatou os argumentos da ABEEólica – Associação Brasileira de Energia Eólica e ABSOLAR – Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica e determinou que a CCEE realizasse os pagamentos de compensações aos geradores na liquidação do mercado de curto prazo subsequente. Essa medida não foi cumprida pois a CCEE justificou que aguardava a definição das regras por parte da Aneel. Em julho, antes de qualquer regulamentação, a Aneel conseguiu a suspensão da decisão, argumentando ausência de urgência que justificasse a liminar. Em dezembro de 2024, o Tribunal Regional Federal da 1ª região (TRF1) decidiu liminarmente que os geradores têm direito ao ressarcimento pela energia não gerada devido a determinações do ONS (*curtailment*), restabelecendo a liminar anterior, porém sem retroagir ao momento em que foi suspensa anteriormente. Essa decisão dispõe que os geradores das fontes eólicas e solar voltem a ser compensados por eventos por restrição de operação, com efeitos futuros.

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

A Aneel recorreu da decisão e, em 22.01.2025, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou procedente o pedido e suspendeu novamente a liminar concedida. Na decisão, o STJ argumenta que os prejuízos decorrentes do *curtailment* não podem ser repassados aos consumidores sem um exame mais aprofundado a respeito da tese relativa aos riscos inerentes da atividade empresarial. Considerando que a liminar foi derrubada antes da primeira liquidação financeira (que ocorreria no início de fevereiro), os geradores não chegaram a ser ressarcidos pelos cortes de geração realizados desde então. A ação judicial aguarda o julgamento do mérito.

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 1º.01.2023	15.322	2.737	18.059
Provisão/Reversão	591	10.620	11.211
Transferências	9.051	(9.051)	-
Atualização	755	-	755
Saldo em 31.12.2023	25.719	4.306	30.025
Provisão/Reversão	403	16.991	17.394
Transferências	12.631	(12.631)	-
Atualização	1.151	-	1.151
Pagamento/Ressarcimento	(1.796)	-	(1.796)
Saldo em 31.12.2024	38.108	8.666	46.774

18.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Debêntures	38.328	42.313
(-) Caixa e equivalentes de caixa	33.951	21.318
(-) Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	4.708	4.313
Dívida líquida ajustada	(331)	16.682
Patrimônio líquido	13.170	19.400
Endividamento do patrimônio líquido ajustado	(0,03)	0,86

O custo médio da dívida em taxa nominal em 2024 é de 10,35% (8,38% em 2023), o que equivale a 85,17% do DI (71,94% do CDI em 2023).

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

19. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2026	154.808
Riscos Operacionais	28.11.2025	161.653
Responsabilidade Civil Geral	28.03.2026	30.000
Garantia Judicial	10.05.2027	1.394
Garantia de Pagamento - CHESF	19.11.2025	205

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2024, de R\$ 6,1923. Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

20. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

20.1 Transações que não envolvem caixa

Conforme a NE nº 7.1, parte das adições do imobilizado, no montante de R\$ 1.117, teve origem na provisão para descomissionamento dos parques eólicos (NE nº 11).

A citada transação não envolveu caixa, motivo pelo qual não está apresentada na demonstração dos fluxos de caixa.

21. Eventos Subsequentes

Em 03.01.2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a liquidação antecipada (recompra e cancelamento) da 2ª Série da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com o BNDES Participações – BNDESPar, cujo saldo, em 31.12.2024, era de R\$ 16.123. A liquidação antecipada ocorreu em 16.01.2025, conforme os procedimentos estabelecidos pelo banco de fomento.

Curitiba, 10 de abril de 2025.

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

Fernando de Lima dos Santos
Contador - CRC PR-050585/O-9

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (Nova Asa Branca II), sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da Nova Asa Branca II de 31.12.2024; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Nova Asa Branca II de 31.12.2024.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 10 de abril de 2025

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do período anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 22 de abril de 2024, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 10 de abril de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by
Adriano Machado
Signed By: ADRIANO MACHADO 15671101859
CPF: 19021103890
Signing Time: 10 de abril de 2025 | 19:04 BRT
ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Issued: AC SERASA 9999 02

Adriano Machado
Contador CRC 1PRO42584/O-7

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 46B9FDE1-042D-4318-B95C-1F9ACDEB6DB7

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: ASABRANCAIIDEZ24.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 32

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Renan Thielen

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

renan.thielen@pwc.com

Endereço IP: 134.238.159.50

Rastreamento de registros

Status: Original

10 de abril de 2025 | 17:27

Portador: Renan Thielen

renan.thielen@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

10 de abril de 2025 | 19:04

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Adriano Machado

a.machado@pwc.com

Sócio

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

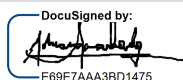
Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Assinatura



Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Usando endereço IP: 201.56.5.228

Registro de hora e data

Enviado: 10 de abril de 2025 | 17:29

Visualizado: 10 de abril de 2025 | 19:02

Assinado: 10 de abril de 2025 | 19:04

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Renan Thielen

renan.thielen@pwc.com

Manager

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Copiado

Enviado: 10 de abril de 2025 | 19:04

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	10 de abril de 2025 17:29
Entrega certificada	Segurança verificada	10 de abril de 2025 19:02
Assinatura concluída	Segurança verificada	10 de abril de 2025 19:04
Concluído	Segurança verificada	10 de abril de 2025 19:04

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------